

'Estouro' pode apressar a revisão do orçamento

Da sucursal de
BRASILIA

Um "estouro" de Cr\$ 569,0 bilhões no total de aplicações das autoridades monetárias — Banco do Brasil e Banco Central — no mês de abril poderá apressar a revisão do orçamento monetário. Esse foi o tema da reunião de ontem, no Palácio do Planalto, entre os ministros do Planejamento, Delfim Netto, e da Fazenda, Ernane Galvêas, e o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore.

Para o mês passado, o governo programara um total de aplicações do orçamento monetário em Cr\$ 441,4 bilhões, mas o resultado alcançou Cr\$ 1.010 trilhão. Apesar desse expressivo "estouro", o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, disse ontem, a propósito de alteração nas metas monetárias, que "estamos presos ao orçamento monetário, a menos que o Conselho Monetário venha a rever o orçamento".

Fora dessa hipótese, disse Galvêas, os parâmetros monetários são fixados no orçamento combinado com o FMI. No entanto, fontes financeiras não vêem outra saída a não ser reformular o orçamento e, principalmente, a limitação do crescimento da oferta monetária em 50%. Esse limite, segundo as autoridades econômicas, seria o elemento indispensável para obtenção de substancial desaceleração do processo inflacionário.

Ocorre que, se a oferta monetária limitada em 50% é uma meta, a taxa de inflação é apenas uma intenção, no sentido de reduzi-la a 110%. Diante do novo quadro político, que envolve negociações entre os vários setores da sociedade em torno do modo de se fazer a próxima eleição presidencial, o governo abriria mão do rígido controle monetário. Para isso, será obrigado a fazer uma nova negociação com o Fundo Monetário Internacional, tendo que formalizar um pedido de *waiver* (perdão).

Mudando o orçamento monetário, a exemplo do que ocorreu no segundo semestre do ano passado, a expansão do saldo global dos empréstimos do Banco do Brasil deve ultrapassar o limite fixado de 57%. A eliminação dos subsídios diretos ao consumo do trigo poderá ser adiada de junho para dezembro.

TETO PARA O SETOR PÚBLICO

O Banco Central fixou ontem o teto de 8,2% para a expansão dos empréstimos bancários e das operações de arrendamento mercantil com o setor público, este mês. Ao contrário dos dois meses anteriores, em maio as aplicações bancárias junto ao setor público sofrerão cortes reais, ao não acompanharem a correção monetária de 8,9%.

Para o crescimento acumulado em 12 meses, o Banco Central estabeleceu o limite de 151%, contra a correção monetária, no período, de 184,95%. Nos próximos dias, o Banco Central deverá atenuar as restrições às operações bancárias junto ao setor público, mediante a autorização para a administração direta e indireta dos Estados rolar 90% de suas dívidas em moeda estrangeira, contratadas com base nas normas da Resolução nº 63.

EGF

Ainda ontem, o Banco Central autorizou a rede bancária a contratar Empréstimos do Governo Federal (EGF), dentro da política de garantia de preços mínimos, com arroz em casca, no Rio Grande do Sul, desde que o produto tenha teor de umidade inferior a 16% e máximo de 2% de impurezas ou matérias estranhas.

O Banco Central, estabeleceu, ainda, que, nas prorrogações dos EGF, os bancos cobrarão 12% de juros acima da correção monetária plena. Os bancos devem submeter os pedidos de prorrogação de EGF ao Banco Central, acompanhados de justificativa da dilatação do prazo da operação e da ficha cadastral do cliente.



Galvêas: estamos presos ao orçamento monetário

Arquivo